

NININ, Guerino. Hospital "Lauro de Souza Lima" 50 anos de sua
história. Bauru, 1991. 9 p.



HOSPITAL "LAURO DE SOUZA LIMA"
50 ANOS DE SUA HISTÓRIA

Prof. GUERINO NININ

Educador em Saúde Pública

BAURU - 1991

I-INTRODUÇÃO -

Sabemos por meio das cartas de Américo Vespúcio, Guilherme Pison, Padre Anchieta e outros, que os índios encontrados no Brasil, na época do descobrimento, eram portadores de diversas doenças, entretanto em nenhuma das cartas encontra-se algo alusivo à Hanseníase. A conclusão a que se chega é que, se a Hanseníase não existia no território brasileiro, ela foi importada pelos colonizadores ou pelos escravos.

Não sabemos porém, quando ela foi introduzida no Brasil. O primeiro documento que comprova sua presença entre nós, data de 04 de novembro de 1697, cerca de 200 anos após o descobrimento. Esse documento consta de um pedido da Câmara do Rio de Janeiro ao Rei de Portugal, suplicando a instalação de um lazareto na Igreja da Conceição, justificando que "é grande o número de leprosos perambulando pelas ruas da cidade".

Daqui para a frente não se tem conhecimento de dados precisos sobre o desenrolar dos fatos. O que se conhece com precisão é que em 1766 foi instalado o Hospital dos Lázaros no Morro de São Cristóvão. Depois dessa data, no Morro da Conceição, além da Igreja, foi instalado o Palácio Episcopal e que posteriormente, no Morro de São Cristóvão, foi instalada a Casa dos Jesuitas e o Hospital dos Lázaros não se encontrava mais nesse local.

No Estado de São Paulo, o mais antigo documento, comprovando a existência da Hanseníase em seu território, data de 1765, no qual o Capitão Geral, Dom Luiz Antonio Botelho Mourão, solicita ao Conde de Oyeiras providências porque segundo ele "já não há nem praças, nem ruas, nem ribeiros onde não se encontrem os miseráveis leprosos".

O primeiro documento encontrado, comprovando ação oficial do Estado é datado de 1820, pelo qual o Visconde de Oeynhausen manda executar um senso na Capitania de São Paulo, com o objetivo, diz ele "de conhecer o número de leprosos da Capitania".

Esse senso é falho porque algumas localidades não remeteram os dados; entretanto, sua quase exatidão mostra que já era elevado o número de hansenianos, principalmente no Vale do Paraíba.

Quase 100 anos depois, em 1907, Dr Gustavo de Oliveira Godoy enviou um relatório ao Dr Jorge Tibiriçá, dizendo: "pelas estatísticas do Serviço Sanitário, verifica-se que existe no Estado de São Paulo cerca de 2.000 leprosos, dos quais a maior parte não se acha convenientemente isolada nem recebe tratamento adequado", o que comprova a pouca eficácia das ações nessa área da saúde.

Como se pode notar pelo teor dos documentos acima citados e também por inúmeros documentos da história, os doentes de lepra eram rejeitados pela sociedade. Uma vez, perdida a chance de trabalho e de convivência social, tornavam-se mendigos, muitas vezes levando vida promíscua e anti-social. Acampavam às margens das estradas e dos rios, mudando frequentemente de local. Sabe-se que pessoas de grandes posses, portadoras de lepra, como também marginais foragidos da polícia, vinham associar-se ao grupo.

A maioria deles andava à pé, ou à cavalo, para esmolar e fazer compras. Por necessidade de mante-los afastados, ou por piedade, organizavam-se entidades filantrópicas que criavam lazaretos, alguns em boas condições, outros muito precários, e neles internavam os doentes, levando-lhes alimentos e vestuários, sempre com a condição de não irem para a cidade.

II- ORIGEM DOS ASILOS-COLÔNIA -

Na cidade de São Paulo, o governador geral, Antônio Manuel de Castro e Mendonça, votou uma verba em 20.04.1799, para ser entregue a Irmandade da Santa Casa, afim de que esta a distribuisse em parcelas equitativas, mensalmente aos lázaros, mantendo-os em suas casas, até que se providenciasse solução mais adequada.

Em 1802 o governador França e Horta, arrematou com dinheiro da Província, um terreno denominado "Olaria" e doou-o à Irmandade da Santa Casa para que esta providenciasse a construção de um hospital para os lázaros. O próprio governador contribuiu para a construção desse hospital, doando verbas da Província e ajudando organizar campanhas populares para conseguir donativos. Esse hospital localizou-se à margem esquerda do rio Tamanduateí vizinho ao local onde hoje se localiza o Hospital Militar. Ele nunca cumpriu sua finalidade, porque nele nunca estiveram internados mais do que onze doentes, em condições muito precárias. Em 1901, o governo de São Paulo desapropriou a área pois, com o crescimento da cidade, o hospital ficou inserido na área urbana e eram frequentes as queixas dos moradores da vizinhança sobre a existência desse hospital. Esse fato culminou com a inauguração, três anos depois, do novo hospital em Guapira, no Morro do Jaçanã.

Contemporaneamente a esses acontecimentos, foram se desenvolvendo outras iniciativas das quais se originaram o Asilo-Colônia de Santo Ângelo, em Mogi das Cruzes; o Asilo-Colônia Aimorés em Bauru; o Asilo-Colônia de Cocaís, em Casa Branca; o Asilo-Colônia Pirapitingui, em Itu e o Sanatório Padre Bento, em Guarulhos.

III- ORIGEM DO ASILO-COLÔNIA AIMORÉS E SUA TRANSFORMAÇÃO EM HOSPITAL

Em Bauru, o mais antigo documento que pudemos encontrar mencionando a preocupação das autoridades sobre o assunto da lepra data de 1917. Trata-se do relatório que o Dr Vicente Figueira de Mello, enviou à Câmara Municipal por ocasião do término do mandato de Prefeito Municipal. Escreveu ele, textualmente: "os leprosos não recebem conforto para seu mal incurável, nem são isolados para defesa dos sadios. O Asilo de Guapira recusa os enviados, por falta de vaga." Propondo, em seguida, um plano de ação conjunta diz: "o melhor elemento para tal plano será, sem dúvida, o concurso financeiro de todas as municipalidades, que conjuntamente com o governo do Estado, favoreceriam a instalação de grandes leprosários, expurgando do seu território, os indivíduos, focos da moléstia, aí os recolhendo."

Sobre a vida dos leprosos em Bauru, o historiador Gabriel Pelegrina, escreveu no Jornal da Cidade, de 08 de agosto de 1976: "Os portadores do Mal de Hansen, viviam nos arredores da cidade, organizados em acampamentos, quase sempre nas proximidades da Vargem Limpa, sendo que um número mantinha suas casas às margens do Córrego Água Comprida. Os doentes vinham à cidade só para esmolar e fazer compras. Quando esmolavam, o faziam com canequinhas de folha ou de ágata nas quais eram depositadas as moedas. Faziam suas compras de preferência, na Casa Ramos que estava localizada na quadra 9 da Rua Batista de Carvalho, na Casa Savastano, localizada na Praça Rui Barbosa e na Casa Estrela, localizada na quadra 1 da Rua Araújo Leite. Pagavam suas compras com o dinheiro arrecadado das esmolas, sempre em moedas, que era recebido pelos empregados das casas comerciais, em bandejas, e depois eram submetidas a rigorosa desinfecção, queimando-as com álcool. Por ocasião das festas de Finados esmolavam à margem da estrada que levava ao Cemitério da Saudade."

A Sociedade Protetora dos Morféticos também tem sua história contada por Gabriel Pelegrina: "pelos meados da década de 20, foi nomeado para Bauru, o Delegado de Polícia Dr Vitor Breneissen, que não gostou do espetáculo que aqui se deparava e iniciou um movimento para fundar uma sociedade filantrópica com dois objetivos: 1º procurar afastar da cidade os doentes e 2º prestar-lhes assistência nos próprios locais onde residiam, com fornecimento de alimentos, rou

Essa sociedade concretizou-se em 1926 com o nome de "Sociedade Protetora dos Morféticos de Bauru". Sua primeira diretoria tinha Dr Alípio Gonçalves dos Santos na presidência e Sr Nicola Avalone, na tesouraria. Para cumprir seus dois objetivos organizou às margens do córrego denominado Água Comprida, em área cedida pela Fazenda Violanta, um grupo de 10 casas e denominou-se o "Asilo dos Aimorês". Esse asilo iniciou com um grupo de 20 pessoas e em 1930 tinha 34 doentes, e prestava também assistência médica". Esses doentes foram transferidos em 1933 para novo local onde está hoje o Hospital Lauro de Souza Lima.

O poeta bauruense, Rodrigues de Abreu, que foi um dos sócios fundadores da Sociedade Protetora dos Morféticos e pertenceu à sua primeira diretoria, dias antes de partir para Campos do Jordão, sabendo que nada mais tinha a perder, pois a tuberculose ceifava-lhe totalmente a vida, proferiu veemente discurso condenando a omissão das autoridades no tocante ao problema da tuberculose e da lepra. De seu discurso destacamos algumas frases: "os clamores dos contristes e da imprensa conscienciosa, e os apelos dolorosos dos desgraçados doentes têm sempre morrido contra o muro espesso que no Estado de São Paulo, isola o governo, do povo. Até hoje não foi organizado um serviço oficialmente de profilaxia da tuberculose e muito menos da lepra. O que se tem feito relativamente à realidade assustadora desses males é ridículo, medidas irrisórias de curandeirismo. Os artigos de Clemente Ferreira e o relatório dos diretores de Guapira mostram o horror da situação: Tuberculose e Lepra, motivos líricos." Finalizando seu discurso alude à fundação do Leprosário Regional cuja idéia estava ainda em embrião, dizendo: "não foi de estranhar que não encontrasse eco no recinto da Câmara dos Deputados o discurso do Sr Fernando Costa quando encaminhou seu projeto de combate à lepra, apesar de ter sido um ponto alto e profundamente humano. É que ali o tumulto público político é enorme, o clamor dos interesses pessoais ensurdesse, o canto-chão dos que entoam num furor de insônia as loas aos que mandam e desmandam é mais alto e poderoso do que todos os clamores da utilidade pública. Mas teve eco, como veremos, a generosidade do povo que se prepara para defender-se."

Em 1926, o jornal "Diário da Noroeste", dirigido pelo Prof. Jorge de Castro, precisamente no dia 14 de março, lançou seu programa de atividades para o ano. Entre os objetivos desse programa, encontrava-se "promover um Congresso Geral" que se destinava a planejar diversas ações, entre as quais encontrava-se: "Assistência aos doentes e desamaparados."

Três dias depois, o Dr Rodrigo Romeiro, juiz de direito de

Bauru, procurou o diretor do jornal e propôs concretizar a idéia, colocando em primeiro plano a assistência aos morféticos, com a construção de um grande leprosário regional. Duas semanas após, o Dr Rodrigo Romeiro iniciou pessoalmente o trabalho de convidar as municipalidades para se reunirem e darem início à construção do leprosário. Um ano após, Dr Rodrigo Romeiro havia terminado o contato com todas as municipalidades da região tendo recebido resposta da totalidade, confirmando sua presença.

Prof. Jorge de Castro, lançou constantes apelos, através de seu jornal, concitando a todos para colaborarem para que o congresso surtisse efeito. Destacamos do jornal do dia 16 de agosto de 1927 um trecho onde diz: "ante o surto do terrível mal, há um remédio apenas, 'o isolamento do doente. Nós não temos assistência aos morféticos há apenas esforços particulares isolados, cheios de beleza mas de todo insuficientes."

O Congresso aconteceu aos 25 de setembro de 1927, em salão da sociedade denominada "Centro Bauruense" sob a presidência de Dr Fábio Barreto, Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, com a participação dos representantes dos seguintes municípios: Araçatuba, Birigui, Glicério, Penápolis, Avandava, Promissão; Lins, Cafelândia, Pirajuí, Avaí, Bauru, Agudos, Lençóis Paulista, Piratinunga, Duartina e Bocaiúva. Participaram do Congresso também, o Dr Waldomiro de Oliveira, Diretor do Serviço Sanitário e Dr Aguiar Pupo, diretor do Serviço de Profilaxia da Lepra.

O plano de ação aí aprovado trouxe duas decisões de ordem prática: 1ª- Todos os municípios participantes do Congresso entrariam com a cota de 10% de suas rendas nos anos de 1928 e 1929. 2ª- Foi nomeada uma comissão para executar as obras do leprosário e tomar medidas necessárias ao seu fim, como também, angariar donativos com os particulares que desejassem auxiliar a execução do grande ideal.

Essa comissão foi constituída pelo Dr Rodrigo Romeiro como presidente, Comendador Antonio José Leite como tesoureiro e todos os Juizes de Direito das comarcas compreendidas pela região.

Aos 15 de novembro do mesmo ano Dr Rodrigo Romeiro comunicou oficialmente pela imprensa local que a comissão havia adquirido uma gleba de 400 alqueires de terra próximo ao km 28 da estrada de ferro que liga Jaú a Bauru. O plano do asilo tramitou rapidamente pelos órgãos competentes do estado e teve logo sua aprovação. Imediatamente iniciaram-se as obras que se desenvolveram até quase a conclusão dos 2 primeiros pavilhões e a seguir pararam porque as municipalidades não saldaram o compromisso assumido no Congresso.

Durante 4 anos houve diversas tentativas, por parte da co-

missão, para prosseguirem as obras, mas não lograram êxito. As autoridades sanitárias do Estado, também por diversas vezes ultimaram a comissão a retomar as obras, mas essas continuavam paradas por falta de recursos.

Em 1931, a "Sociedade Protetora dos Morféticos", não mais existia, as obras do Asilo estavam paradas e os doentes procuravam na mendicância os recursos para sua sobrevivência.

Nesta ocasião, um grupo de pessoas idealistas fundou uma nova entidade filantrópica e denominou-a "Liga de São Lázaro", com duas finalidades: 1ª- prestar assistência aos lázaros, mantendo-os fora das cidades e; 2ª- construir hospitais para os lázaros. Para incentivar seus sócios ao trabalho filantrópico colocaram acima da mesa da diretoria, um cartaz com os seguintes dizeres: "Lembre-te que o leproso é um exilado por tua causa".

Para arrecadar donativos a Liga de São Lázaro, colocava na entrada das casas comerciais, pequenos cofres com fotografias das casas onde moravam os leprosos. Nesse mesmo ano, as obras do asilo foram confiadas à Liga de São Lázaro, mas nada mudou em relação à situação anterior. Enquanto isso acontecia, corria em Bauru o boato de que o Estado pretendia instalar um leprosário de emergência, no antigo Posto de Higiene. (Nota: o antigo Posto de Higiene, estivera instalado em terreno da Santa Casa, onde está hoje o Hospital de Base). A imprensa local levantou-se contra o boato com argumentos, dos quais destacamos dois extraídos do Correio da Noroeste do dia 13 de julho de 1931, dizendo: "Pode afugentar os doentes que procuram a Santa Casa". E mais adiante diz: "Pode aterrar os moradores da vizinhança e dar à cidade um aspecto triste".

Alguns dias após, o Prefeito de Bauru, Major Antonio Gonçalves Fraga, foi chamado à São Paulo, para conferenciar sobre as obras do asilo. Dessa conferência resultou uma comissão composta dos Srs Antonio Gonçalves Fraga, prefeito municipal; Quartim Barbosa, presidente da Liga de São Lázaro; Dr Enéas Carvalho de Aguiar, inspetor do Serviço de Profilaxia contra a Lepra e Paulino Rafael, jornalista, que percorreram as 63 cidades signatárias do compromisso de construir o asilo, para arrecadas as importâncias em atraso. Fazendo parte do mesmo contexto, um grupo de voluntários lançou uma campanha denominada: "Campanha da Boa Vontade" e acompanhou aquela comissão angariando donativos. Com os donativos promoveu uma quermesse em prol do asilo, mas as obras não prosseguiram.

Nesse mesmo ano de 1931, Dr Salles Gomes Jr, foi nomeado para diretor do Serviço de Profilaxia contra a Lepra, que deci-

diu incampar o asilo para o Estado, e retomar imediatamente a continuação das obras.

Dois anos após, o asilo estava em condições de inciar as internações. Dr Enéas Carvalho de Aguiar foi nomeado diretor do asilo e outros médicos fizeram treinamento para participar da equipe clínica. Um grupo de doentes do asilo de Pi rapitingui veio para Aimorés para compor a equipe de enfermagem ao qual posteriormente associaram-se outros internados.

Aos 13 de abril de 1933, finalmente chegou o 1º gru po de internados, dando início às atividades normais. Dr Enéas, diretor do asilo, declarou que somente seriam internados os do entes dos municípios que tivessem saldado seu compromisso. Nes se caso, Bauru não poderia internar seus doentes. O Prof. José Guedes de Azevedo, presidente da Liga de São Lázaro, levantou-se contra a decisão através do Correio da Noroeste, no dia 19 de a bril de 1933, dizendo: "outros municípios pagaram a cota integral mas a importância é menor do que aquela que Bauru já pagou. Os doentes de Bauru vieram, na maioria, de outros municípios. A Li ga de São Lázaro já onerou muito a população. A prefeitura de Bauru promete pagar em breve o restante do compromisso.

Bauru terá que viver daqui para a frente, com tão in cômoda vizinhança. Apelo, portanto, para não recusar as interna ções.

Dr Sales Gomes Jr, pretendia erradicar o Mal de Han sen, do território paulista e para conseguir esse objetivo lançou mão de meios rigorosos afim de conseguir a internação de todos os doentes, mas esse objetivo nunca foi conseguido.

Por sua determinação, todos os doentes dos Lazaretos e asilos particulares deviam ser transferidos para os asilos do Estado. Por essa razão todos os doentes da região de Bauru, foram transferidos para o Asilo de Aimorés e suas instituições foram destruídas.

Após essa primeira leva de internações, o Asilo de Ai morés, ampliou suas construções e em 1936 já tinha quase as dimen sões de hoje. Em 1938 tinha 996 internados.

Foi pensamento na época, que os doentes deveriam bus car a internação por sua própria iniciativa, por essa razão o asi lo oferecia o maior conforto possível desenvolvendo sobretudo o lazer. As fotografias da época mostram como eram bem cuidados os parques, jardins e praças de esporte, onde se destacavam o cassi no, com suas diárias sessões de cinema, jogos, bailes, teatros e festas.

A Caixa Beneficente, fundada em 1933, era administrada pelos próprios internados e tinha a finalidade de distribuir aos doentes mais necessitados, as ofertas que eram enviadas pelo povo, tinha também a finalidade de oferecer oportunidade de trabalho laboroterápico aos internados que gozavam de melhores condições de saúde e para isso organizou atividades na área pecuária, agrícola e industrial. Seus produtos eram comprados pelo Estado que os destinava ao consumo dos próprios internados. Com essas atividades a Caixa Beneficente formou um considerável patrimônio que posteriormente foi revertido em benefício dos próprios doentes.

Atualmente a Caixa Beneficente tem seus estatutos reformulados e denomina-se "Sociedade Beneficente Dr Enéas Carvalho de Aguiar".

Durante muitos anos os internados de Aimorés tiveram a figura amiga e dedicada de Dona Prosperina Silveira de Queirós ajudando-os a organizar suas festas de Natal, juninas, Carnaval e quermesses, trazendo-lhes sempre grande quantidade de donativos oferecidos pelo povo de Bauru.

Sobre a extinção da Liga de São Lázaro, sabemos que teve reunião marcada para o dia 14 de março de 1936, para deliberar sobre o assunto. Dois dias antes da reunião, Jesus Gonçalves, líder dos internados de Aimorés, escreveu em "O Momento", jornalzinho de circulação interna, um artigo onde sugere que, extinta a liga, seu patrimônio seja doado à Caixa Beneficente do Asilo, uma vez que esse patrimônio foi formado em nome do doente de lepra.

Apesar de todo esse aparato, os pedidos espontâneos de internação, nunca existiram, pelo contrário as fugas eram frequentes e a guarda armada nem sempre conseguia capturar os fugitivos. A Inspetoria da Profilaxia da Lepra publicou na Revista de Leprologia de São Paulo, volume 2 de 1935, página 56, um relatório de atividades, onde pode-se ler que no Asilo de Aimorés, no ano de 1934 fugiram 65 doentes.

O Asilo dividia-se em área sadia, onde tinham acesso os funcionários da administração e as visitas, e a área dos internados. Era vedado o trânsito de uma área para a outra. O parlatório constituía o único meio de comunicação, inclusive para as visitas, que conversavam com os doentes, através de uma grade.

Em 1945, os internados, não mais aceitando essa divisão, num ato de revolta derrubaram o parlatório, criando acesso livre entre as áreas. Posteriormente nesse lugar foi construído um arco, conservando o acesso livre. Até hoje pode-se ver ao lado do arco uma parte do muro do parlatório, que não foi destruída pela revolta.

Na década de 40, com o uso das sulfonas como medicamento, pensou-se que não seria mais necessário manter o doente isolado e que o Asilo passaria a ser um sanatório, para internação dos doentes em tratamento, visando sua alta imediata, mas a vida interna, apesar do progresso, pouco mudou.

Em 1973, por lei estadual, os sanatórios do Estado foram transformados em Hospitais de Dermatologia e no ano seguinte, o Hospital Aimorés recebeu o nome do Dr Lauro de Souza Lima. Iniciou-se nessa fase a tentativa de imprimir ao Hospital Lauro de Souza Lima um dinamismo idêntico ao dos hospitais gerais. Para que esse objetivo fosse atingido, procedeu-se em 1976 a sua divisão em área hospitalar, com o objetivo de aprimorar sempre mais o atendimento ao doente hospitalizado, visando sua alta hospitalar o mais breve possível, e área social onde permanecem os internados que não necessitam de cuidados hospitalares mas que necessitam de amparo social. Nele foi instalado oficiosamente um Centro de Saúde onde se realiza atendimento médico, enfermagem, serviço social e educação em saúde. Quando os internados da área social necessitam cuidados hospitalares, são encaminhados à área hospitalar através do ambulatório.

Um dos objetivos da área social é reintegrar na sociedade as pessoas nele internadas, com vistas à sua desativação.